



ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR SOB O PARADIGMA NEOLIBERAL

Eixo temático: 5 - Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

Daniel Pereira Casimiro, Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT, e-mail: daniel.casimiro@unemat.br

Fernando Cezar Vieira Malange, Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT, e-mail: fmalange@unemat.br

Introdução

O cenário da educação superior no Brasil tem passado por transformações significativas nas últimas décadas principalmente a partir de 1990. Essas transformações são marcadas pela expansão do acesso e simultaneamente pela consolidação de uma lógica de mercado na gestão das universidades. Malange, Lima e Barbosa (2024) destacam que de fato houve uma expansão na educação superior, porém, com enfoque nas IES privadas com uma ênfase empresarial e consequentemente pautada por um viés de resultados.

Atualmente, a inclusão de pessoas com deficiência emerge como um direito consolidado legalmente - Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 / Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012), mas que enfrenta desafios estruturais em nível estatal e institucional em sua implementação.

De acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2024, foram matriculadas em cursos de graduação 15.941 pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior (INEP, 2025). Os dados permitem levantar um questionamento importante: o aumento de matrículas de estudantes autistas nas



universidades – matrícula impulsionadas por políticas de acesso, tem se traduzido, necessariamente, em condições de permanência na educação superior?

Diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho é investigar e compreender as contradições entre as diretrizes neoliberais e a efetivação do direito à educação inclusiva para acadêmicos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Desenvolvimento

Metodologia

O presente trabalho está sustentado em uma revisão bibliográfica e tem natureza qualitativa, guiada metodologicamente pelos fundamentos do Materialismo Histórico-Dialético. Optou-se por este método pela necessidade de transcender a mera descrição dos dados de acesso e permanência, buscando compreender o fenômeno da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como parte integrante de uma totalidade sócio-histórica, principalmente imersa nas diretrizes do modo de produção neoliberal.

O levantamento bibliográfico foi estruturado a partir de fontes primárias e secundárias, abrangendo livros, artigos científicos indexados em revistas acadêmicas e em bases de dados como SciELO e Google Acadêmico – considerando publicações de artigos do período recente (2015 a 2024), além de documentos normativos e dados estatísticos oficiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). Os critérios de seleção dos textos priorizaram autores que discutem o acesso e permanência na educação superior, a trajetória de pessoas com autismo na educação superior e a reforma universitária brasileira sob as diretrizes do neoliberalismo, principalmente a partir de 1990.

Resultados e discussão



Articulando literaturas que tratam sobre acesso e permanência, trajetória de pessoas com autismo na educação superior e reforma universitária brasileira sob as diretrizes do neoliberalismo, podemos fazer uma leitura crítica e reflexiva. Inicia-se por questionamentos genuínos, a respeito das políticas de acesso e os números de matrículas de acadêmicos autistas de acordo os dados do Censo da Educação Superior nos últimos anos. O questionamento é válido uma vez que para Silva e Nogueira (2015, p.45), o acesso “não assegura a efetiva continuidade ou a conclusão do projeto acadêmico.” Ou seja, não garante a permanência do acadêmico na educação superior mesmo com as políticas de acesso e o ato de matrícula.

Os indicadores do INEP apontam para altas taxas de desistência analisando os anos de 2011-2022, onde em 2020 aponta uma taxa de desistência acumulada (TDA) de 59% no ensino superior geral (INEP, 2020). Esses dados fomentam uma busca incessante por dados relacionados aos estudantes com autismo no Brasil e ao mesmo tempo revela uma lacuna nas principais bases de dados científicos.

A análise dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da leitura crítica e reflexiva das literaturas citadas revelam uma realidade rica em contrastes na educação superior no Brasil, principalmente a partir de 1990 com a ascensão do neoliberalismo na América Latina.

Conforme os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2024 (INEP, 2025), o registro de 15.941 estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em cursos de graduação representa um avanço quantitativo inegável no acesso à educação superior, fruto da mediação de políticas públicas de acesso e do amparo legal da Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012). Especialistas em inclusão e autismo como Brito e Elias (2023, p.4) reforçam que o “processo de inclusão não pode ser resumido à esfera formal da matrícula de estudantes... para que a inclusão desses estudantes seja bem-sucedida, há uma série de conhecimentos necessários de aplicação.” Diante desse pressuposto, precisamos questionar quais barreiras as políticas de acesso e os acadêmicos com autismo tem enfrentando frente ao paradigma neoliberal.



Os resultados indicam que, embora o Brasil tenha cumprido as recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) para a expansão da educação superior, essa expansão ocorreu de forma subordinada às diretrizes do neoliberalismo (Costa; Silva, 2019). Os autores Costa e Silva (2019) destacam que, a universidade, ao ser submetida a adotar modelos de gestão de mercado, passa a adotar métricas de eficiência.

Ao articular os trabalhos de Costa e Silva (2019), Del Porto (2023), Malange, Lima e Barbosa (2024) e Brito e Elias (2023) observa-se claramente que tais diretrizes contemplam não contemplam singularidade do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao contrário adiciona barreiras psicossociais e corroboram para a não permanência.

Sobre a singularidade de pessoas adultas com autismo Del Porto (2023, p.23) destaca que “transições vitais, como a entrada na escola, a passagem para a adolescência e a entrada na vida adulta, com suas exigências de autonomia” O viés neoliberal com foco na competitividade e resultados, poderá adicionar barreiras adicionais aos acadêmicos autistas que ficam sujeitos ao ritmo do neoliberalismo acadêmico.

Del Porto conclui que “temos diante de nós um indivíduo incapaz de competir em pé de igualdade com seus pares e que enfrenta uma variedade de dificuldades de adaptação social, em que se pesem as dificuldades de comunicação e expressão verbal, além das alterações de conduta e de variáveis dificuldades de aprendizado.” Sendo assim, quando comparamos os princípios neoliberais e a singularidade dos acadêmicos com autismo, podemos perceber a sensibilidade a não permanência em comparação com os acadêmicos sem autismo.

Essa introdução e exaltação das características de mercado, com suas políticas e programas de acesso apontam para o conceito de Novo Neoliberalismo Acadêmico, amplamente discutido por Costa e Silva (2019). A discussão dos autores demonstra que a “política de inclusão proposta para o ensino superior foi uma das estratégias de renovação adotadas pelo neoliberalismo.” (COSTA; SILVA, 2019, p.17). Sendo assim, o



neoliberalismo sendo um produtor de desigualdades sociais, tenta sobreviver e evitar sua decadência e extinção, utilizando como ferramenta fundamental recomendações dos organismos internacionais em diversos aspectos, incluindo a educação superior.

Dessa forma, os dados demonstram que a permanência constitui o elo mais frágil da inclusão na educação superior no Brasil, evidenciando que a garantia do acesso formal/legal não se traduz, necessariamente, nas condições estruturais de permanência para o estudante com TEA.

Embora haja uma tentativa de articular bibliografias sobre o acesso e trajetória de pessoas com autismo na educação superior sob o paradigma neoliberal, os autores Melo, Constant e Ferreira (2023) demonstraram que há uma escassez de produção de estudos sobre acesso e permanência de estudante com autismo na educação superior, portanto, o tema revela-se como uma lacuna.

Considerações finais

A análise dos dados e da literatura especializada empreendida neste artigo permitiu perceber que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior no Brasil vive um momento de tensão dialética, principalmente após a ascensão do neoliberalismo na América Latina. O amparo legal consolidado pela Lei Berenice Piana e as políticas de expansão de vagas garantiram um salto quantitativo nas matrículas, porém, as diretrizes do neoliberalismo tornam o direito a de inclusão em um processo incompleto, onde o acesso não é acompanhado pelas condições necessárias de permanência frente a singularidade dos acadêmicos com autismo. Conclui-se que para superar a inclusão meramente ato de matrícula, é urgente uma mudança de paradigma que rompa com as diretrizes mercantilistas do neoliberalismo.

Referências bibliográficas



BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12> Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior 2024**. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf Acesso em: 24 abril.2026.

COSTA, Camila Furlan da; SILVA, Sueli Maria Goulart. **Novo neoliberalismo acadêmico e ensino superior no Brasil**. REAd. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 25,n.3, p. 6-35, set./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.251.89569> Acesso em: 25 abril. 2026.

DEL PORTO, José Alberto; ASSUMPÇÃO JR., Francisco B. (org.). **Autismo no adulto**. São Paulo: Editora dos Editores; Porto Alegre: Artmed, 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf Acesso em: 25 abril, 2025.

SILVA, Maria das Graças Martins; NOGUEIRA, Patrícia Simone. **Permanência na Educação Superior: traçado dos estudos e faces da realidade/ Permanence in higher education: traced of studies and reality faces**. Educação em Foco, [S. l.], v. 18, n. 26, p. 43–68, 2015. DOI: 10.24934/cef.v18i26.541. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/541> Acesso em: 30 abril. 2025.

MALANGE, F. C. V.; LIMA, E. G. dos S.; BARBOSA, V. A. Considerations about a student assistance program as a permanence policy. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. e4170, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n5-035. Disponível em: <https://cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/4170> Acesso em: 28 abril. 2026.

MELO, S. C. de; CONSTANT, E.; FERREIRA, A. T. **Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior**. Teias, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 112-128, abr./jun. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052023000200112 Acesso em: 27 abril. 2026.